

Governo diz que obteve uma vitória no Congresso

18 MAR 1989

JORNAL DA TARDE

JUN 1989

O governo conseguiu um resultado superior ao previsto na negociação com o Congresso para a aprovação do orçamento deste ano, disse ontem Pedro Parente Pullen, secretário de Orçamento e Finanças (SOF) da Secretaria do Planejamento, em resposta ao editorial do **JT** da última quinta-feira ("Uma explicação pouco clara sobre o orçamento da União"). A proposta inicial, de NCz\$ 44,3 bilhões, considerando os recursos do Tesouro e a emissão de títulos públicos, caiu para NCz\$ 36,9 bilhões, representando um ganho de NCz\$ 7,4 bilhões. Somando-se isso aos NCz\$ 1,3 bilhão decorrentes do adiamento do pagamento da folha de pessoal, acrescentou Parente, a economia superou a estimativa inicial de NCz\$ 8,5 bilhões.

No Orçamento Oficial das Operações de Créditos, o valor inicial enviado ao Congresso, de NCz\$ 20,4 bilhões, foi reduzido para NCz\$ 18,1 bilhões. As contas finais ainda não estão fechadas, mas os números totais do orçamento deverão ficar em torno de NCz\$ 113 bilhões, contra NCz\$ 119,7 bilhões da proposta original.

O assessor do ministro do Planejamento disse que a demora do Congresso em votar os vetos feitos pelo Executivo obrigou o governo a fazer algumas estimativas de gastos urgentes. Em janeiro, para atender às despesas com a merenda escolar, subsídios à exportação e o pagamento, por quatro meses, da dívida dos estados e municípios, o governo previu dotações especiais de NCz\$ 13,7 bilhões. Essa proposta, além de provisória, não poderia ser transformada em projeto de lei porque o Congresso ainda não havia examinado os vetos ao orçamento.

Com a aprovação da medida provisória nº 32, que limitou a emissão de títulos públicos à rolagem da dívida interna, e uma negociação difícil com os membros da Comissão Mista de Orçamento, os técnicos da Secretaria do Planejamento decidiram se prevenir. Fizeram seus cálculos prevendo a rejeição, pelo Congresso, dos vetos feitos pelo Executivo, (o que redundaria na recomposição das dotações). O entendimento posterior, que gerou a aprovação dos vetos e da nova mensagem de recomposição do orçamento, acabou criando espaço para o corte de 55% no item outros custeios e capital. "A operação foi um sucesso", observou Parente.

Em relação ao projeto anterior, o governo teve um crescimen-



André Dusek/AE

Parente: "Um sucesso".

to na sua receita de NCz\$ 2,6 bilhões, dos quais NCz\$ 2,4 bilhões de **relending** (recursos dos credores externos depositados em cruzados no Banco Central), NCz\$ 100 milhões de recursos dos organismos bilaterais de crédito e NCz\$ 100 milhões de receitas das entidades da administração indireta. O **relending** será usado para pagar a dívida dos estados e municípios que venceu e que vence este ano. Como a dívida vencida já foi paga pelo Tesouro, o governo é credor desses recursos.

"Cada vez que um estado pagar a sua parte, esses recursos ajudarão no financiamento da dívida dos estados e municípios mais fracos", afirmou Parente. Mas esse esquema ainda precisa de uma autorização dos credores externos do País. Segundo Parente, isso não vai ser problema: "Eles já deram indicações de que concordam", garante.

Segundo Parente, a negociação entre o Executivo e o Legislativo "foi um exemplo de maturidade". Mesmo admitindo que alguns programas, de prioridade duvidosa, foram mantidos sem cortes, como o do aproveitamento hidroagrícola da baixada ocidental maranhense, ele considerou o resultado satisfatório. "Nunca se discutiu o orçamento antes", justifica.

O mais importante, porém, segundo Parente, é que "ficou demonstrado que não tendo dotação o governo não gasta. O controle dos gastos públicos está funcionando". Se o Tesouro não teve grandes sobressaltos nos primeiros dois meses, é certo que com a aprovação do orçamento a situação não será tão fácil de administrar. As primeiras pressões virão com a formação de estoques reguladores e com todas as despesas que estavam sendo transferidas, como a merenda escolar, subsídio à exportação, pagamento da dívida dos estados e municípios que vence esse ano, entre outras. "O essencial é que existe um orçamento previsto e não se pode emitir para tapar buracos", destaca Parente.